

**FORMAÇÃO INICIAL DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
BÁSICA EM MATO GROSSO DO SUL, HISTÓRIA DA
IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA E OS REFLEXOS
DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS – A EXPERIÊNCIA DA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO (1962 -2004).**

GT2- História, Políticas Públicas e Educação.

Marilda Bonini Vargas
Universidade Católica Dom Bosco
boninivargas@gmail.com

Margarita Victoria Rodríguez
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
poroyan@uol.com.br

A questão sobre a formação de professores no Brasil, historicamente tem sido objeto de debate, principalmente no que diz respeito ao preparo dos docentes para atuar nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, devido às precárias condições de formação, pois segundo Romanelli (1987), no século XIX haviam somente 10 escolas de formação de professores em nível médio no Brasil, essas escolas, no entanto, não obedeciam a diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal, ficando, assim, a organização pedagógica a critério de cada Estado da Federação. No Estado de Mato Grosso a criação das escolas normais enfrentou os mesmos problemas de instabilidade administrativa e falta de recursos para o seu devido funcionamento, em 1840 foi instalada em Cuiabá, a primeira escola Normal foi instalada ainda no século XIX, porém foi destituída e só em 1870 foi reaberta. No sul do estado de Mato Grosso¹ essas questões não são diferentes, pois essa formação começou de forma tardia, somente no ano de 1931, essa demora ocorreu por falta de instituições formadoras e docentes qualificados, causando lacunas nesse campo de formação.

Rocha (2005) menciona que em Campo Grande, sul do antigo Estado de Mato Grosso, não havia até 1930 nenhuma escola de formação de professores. A primeira escola a oferecer esse tipo de qualificação foi a escola Joaquim Murтинho, criada pelo governador Pedro Celestino no ano de 1930. No entanto, a mesma funcionou por menos de dez anos sendo, fechada no ano de 1940, pelo governador Júlio Strubing. Nesta época o Estado de Mato Grosso contava apenas com duas escolas normais uma em Cuiabá e outra em Campo

¹O Estado de Mato Grosso do Sul foi criado em 11 de Outubro de 1977 por meio da Lei Complementar 31, assinada pelo presidente Ernesto Geisel, na qual desmembrava o estado de Mato Grosso

Grande.

Malheiros (2000) em texto sobre a história e formação de professores em Mato Grosso do Sul, ressalta que no ano de 1947 a escola Joaquim Murtinho foi reaberta em Campo Grande por meio do Decreto n ° 834. O referido Decreto, no seu Art. 3 estabelecia as normas e funcionamento da Escola Normal em consonância com Reforma Capanema² que subdivida o ensino normal em dois ciclos. Romanelli (1987, p. 164), explica que:

Como cursos de 1º ciclo, passava a funcionar o curso de formação de regentes do ensino primário, com duração de 4 anos, que funcionaria em escolas com o nome de Escolas Normais Regionais. Como cursos de 2º ciclo, continuavam a existir os cursos de formação de professores primário, com duração de 3 anos, que funcionavam em estabelecimentos chamados de Escolas Normais.

Porém, Kruki (2005), analisa os reflexos das políticas educacionais nos cursos modulares, ressalta que essa Lei Orgânica do Ensino Normal, no que diz respeito à regularização dos professores que se encontravam trabalhando, mas que não tinham a respectiva habilitação tornou-se bastante discriminatória. Pois, em seu art. 21, limitava a idade máxima de 25 anos para ingresso em qualquer dos dois cursos, tanto no de formação de regentes do ensino primário, quanto no de formação de professores primários. Segundo a autora (p.21), “essa regra deixava de fora a maior parte dos empregados no magistério que ainda não tinham qualificação”, já que a maioria tinha mais de 25 anos de idade. Desta forma, a mencionada Lei, criada para regularizar a formação dos professores, impedia de forma legal a qualificação de quem ainda não estava formado para o exercício do magistério.

No entanto, com a promulgação da Lei n. ° 5692/1971 o curso normal passou a ter dois esquemas para a qualificação docente, um correspondia à formação oferecida nos cursos regulares e outro, também nos cursos regulares, porém acrescido de estudos adicionais. A esse respeito, Romanelli (1987, p. 250), menciona que o esquema tinham as seguintes características:

² Lei Orgânica do ensino Normal (Decreto n° 8.530, de 2 de Janeiro de 1946). Segundo Romanelli (1987, p.163), essa Lei centralizou as diretrizes, embora consagrasse a descentralização administrativa do ensino, e fixou as normas para a implementação desse ramo do ensino em todo território nacional. O Decreto 8.530 de 2 de Janeiro de 1946 que a instituiu, oficializou como finalidade do ensino normal, o seguinte: 1)- Promover a formação do pessoal docente necessário as Escolas Primarias; 2)- Habilitar administradores escolares destinados as mesmas escolas; 3)- Desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas a educação da infância.

1. *Formação de nível de 2º grau*, com duração de 3 anos, destinados a formar professores polivalentes das quatro primeiras séries do 1º grau, portanto, destinado a lecionar as matérias do núcleo comum. 2. *Formação de nível de 2º grau, com 1 ano de estudos adicionais*, destinados a formar professores polivalentes, com alguma especialização para uma das áreas de estudos, apto, portanto, a lecionar até a 6ª série do 1º grau. 3. *Formação superior em licenciatura curta*, destinada a preparar o professor para uma área de estudos e a torná-lo apto a lecionar em todo o 1º grau. 4. *Formação superior em licenciatura curta mais estudos adicionais*, destinada a preparar o professor de uma área de estudos com alguma especialização em uma disciplina dessa área, com aptidão para lecionar até a 2ª série do 2º grau. 5. *Formação superior em licenciatura plena*, destinada a preparar o professor de disciplina, e, portanto, a torná-lo apto para lecionar até a última série do 2º grau.

Esse esquema de formação de professores implementado pela Lei 5696/1971 foi responsável por transformar o curso de magistério em um curso completamente técnico, passando a denominar-se a partir de então Habilitação Específica para o Magistério de 1º com a sigla (HEM). Kruki (2005, p.21), a esse respeito salienta que:

O caráter tecnicista dado à educação através desta Lei acabou por provocar o esvaziamento de procura pela profissão de professor. A precariedade da formação que os professores recebiam, aliada ao antigo desprestígio social que acometia a classe, provocou, inclusive, o fechamento de salas de aulas em especial as do período noturno.

Deste modo, nesse período, a única opção de formação de professores na cidade de Campo Grande, era o curso normal, pois até o ano de 1962, tanto nesta cidade como toda a região sul do Estado não havia nenhuma instituição de nível superior para a qualificação dos docentes, obrigando os mesmos a freqüentarem os cursos normais ou então irem para os Estados vizinhos em busca de formação universitária. Bittar (2001) ao analisar as “políticas de educação superior em Mato Grosso do Sul e a formação de professores, suas origens e perspectivas”, menciona que nos anos de 1950 os padres Salesianos tentaram implantar uma faculdade na cidade de Campo Grande, porém a autora ressalta que nesse período o Estado ainda era marcado pelas disputas entre o Sul e o Norte do Estado. Rivalidades estas, que influenciavam tanto as relações sociais como as econômicas das duas regiões e entre essas a educação que era ministrada.

Foram várias as tentativas empreendidas desde o começo de 1950 até 1961, quando o Sul do Estado, mais especificamente a cidade de Campo Grande, conseguiu permissão para pôr em funcionamento a primeira faculdade de formação de professores da região. Desta forma, no ano de 1961 o Ministério da Educação e Cultura (MEC) autorizou a

criação da Faculdade Dom Aquino de Filosofia e Letras – FADAFI, que passou a funcionar em 1962 com os Cursos de Pedagogia e Letras. No entanto, o Estado de Mato Grosso ainda não contava com nenhuma universidade pública³. Bittar (2001) ainda menciona que no ano de 1964 o MEC fez um anúncio sobre a criação de uma universidade pública no Estado de Mato Grosso, deste modo a autora explica que:

A lógica política era de que a sede da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT deveria ser em Cuiabá, a capital do Estado. Porém, Campo Grande via-se no direito e com capacidade de sediá-la por ser a cidade que mais crescia e se desenvolvia, em nível estadual. Campo Grande, além do mais, fora condecorada como capital do ensino de Mato Grosso em 1966, ano em que os salesianos fundaram a Faculdade de Direito de Campo Grande. E, no ano de 1968, Campo Grande já possuía 450 acadêmicos de ensino superior, 300 dos quais eram estudantes das faculdades salesianas. Prevaleceu o respeito do governo federal militar, pela hierarquia, e Cuiabá ficou como sede da UFMT, em fins de 1969. Contudo, o governador Pedro Pedrossian, que era sulista, criou imediatamente a Universidade Estadual de Mato Grosso (atual Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), em janeiro de 1970. Os cuiabanos ficaram ouriçados quando souberam que Campo Grande teve sua universidade instalada um mês antes da UFMT, em Cuiabá, se tornando a primeira do estado a possuir uma universidade.

Como se pode observar a região sul de Mato Grosso enfrentou uma longa luta pela implantação do ensino superior, inicialmente esteve baixo o controle da iniciativa privada, ou seja a Igreja Católica que criou uma faculdade, mas paralelamente se intensificou a ação da sociedade civil em pós da implantação de uma instituição pública.

Implantação do Curso de Pedagogia no sul do estado de Mato Grosso

Com efeito, até o ano de 1962 a região sul do Estado de Mato Grosso possuía poucos cursos de formação de professores em nível médio e nenhum curso em nível

³ O ensino superior no Estado de Mato Grosso do Sul começou pela abertura da Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras (FADAFI) (1961), seguido pela criação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1970), Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP) (1976) e do Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN) (1976). Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), o Estado possui até o ano de 2006 44 instituições de nível superior, destas, 34 foram instaladas entre os anos de 1994 e 2002.

Os dados do INEP também revelaram que das 44 instituições superiores do Estado, 28 oferecem o Curso de Pedagogia, a maioria destes cursos foram abertos entre os anos de 1994 e 1999. Já a cidade de Campo Grande possui 6 destes 28 cursos. Estes cursos estão distribuídos na Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região Pantanal – UNIDERP, Centro Universitário de Campo Grande – UNAES, Instituto de Ensino superior da FUNLEC- IESF, Instituto Campo Grande de Ensino Superior (ICGES).

superior, dificultando, portanto, a formação destes profissionais, o que tornava necessária a criação de uma instituição de nível superior na região. No entanto, foram dez anos de tentativa até a instalação da Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras (FADAFI). Deste modo, a FADAFI foi criada por meio do Parecer CFE de n.º 619 de 24 de Outubro de 1961 e se ornou a primeira faculdade da região Sul do Estado de Mato Grosso, transformada em 1993, em Universidade Católica Dom Bosco em Campo Grande – MS. A faculdade surgiu em meio à efervescência do debate sobre a divisão do Estado de Mato Grosso e dos sintomas iniciais de uma crise social no Brasil, que mais tarde resultaria na ditadura militar. Segundo o documento de reestruturação do Curso de Pedagogia do ano de 1993 (P. 1):

O Brasil vivia um período em que o Sistema Parlamentarista estava em vigor e o então presidente do Conselho de Ministros, Tancredo Neves, concede autorização para o funcionamento do Curso de Pedagogia através do Decreto 217 de 24.11.1961.

O Curso de Pedagogia da FADAFI foi o primeiro destinado à formação de educadores em nível superior da região sul do Estado. Teve seu funcionamento autorizado em 1961, mas começou a funcionar em 1962 com trinta e um alunos. Formava o especialista em educação, com duração de quatro anos e tinha duas habilitações, administração escolar para o ensino primário e o ensino ginásial e supervisão escolar para o ensino primário e o ensino ginásial. A instituição veio para atender aos anseios da população que aspirava pelo acesso ao ensino superior, e nasceu para ser um centro irradiador da cultura como menciona Almeida em sua dissertação de mestrado sobre a história da criação da Universidade Católica Dom Bosco:

A Faculdade nasceu com o propósito de ser um centro irradiador da cultura, além do seu compromisso com a formação dos quadros qualificados para o exercício do magistério (...), (ALMEIDA, 1996,p.67).

Segundo o Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia do ano de 2000, a criação deste curso veio ao encontro dos anseios e das aspirações dos estudantes de ensino médio que buscavam ingressar no ensino superior e dos professores do ensino fundamental que ainda não possuíam qualificação superior para o exercício de suas funções enquanto docentes. Em 1968, o Conselho Federal de Educação aprovou o reconhecimento da FADAFI pelo Parecer CFE de n.º 689/1968. Desde sua implantação até o início do ano de

1970, o Curso de Pedagogia foi regido pela Lei de n.º 4024/1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) sob o Parecer CFE 251/1962. Esse parecer, no entanto, não faz nenhuma referência sobre o campo de trabalho do pedagogo, deixa pouco claro o que seria o "técnico de educação" ou "especialista em educação", mesmo assim, o Curso de Pedagogia da FADAFI continuava a formar o técnico ou especialista em educação. Desta forma, o Curso de Pedagogia começa, como no resto do Brasil, sem uma definição clara sobre a formação inicial oferecida por ele.

Ainda em 1968, com a promulgação da Lei de n.º 5540/1968 Reforma Universitária, instituída pelo regime militar, o curso diminuiu de quatro para três anos, aumentando suas habilitações, passando agora, a formar além do administrador escolar e do supervisor escolar, também o orientador escolar e o inspetor escolar. Em 1969, diante da indefinição do perfil e incumbência Profissional do curso, que se arrastava por todo o país o Conselho Federal de Educação estabeleceu o parecer CFE 252/1969, que acrescentava ao curso a formação de professores para o ensino normal, passando a FADAFI também a adotar essa habilitação, estendendo-se agora a formar o licenciado e o técnico num mesmo diploma.

No entanto, essa nova mudança no curso não afetou o seu desenvolvimento, que tinha muita procura dado devido ao prestígio do mesmo. Com efeito, nesta época Campo Grande já estava bem estruturada economicamente e socialmente, favorecendo, portanto, o aumento de alunos e conseqüentemente o número de cursos de graduação⁴ o que colaborou para a FADAFI transformar-se em Faculdades Unidas Católica de Mato Grosso (FUCMAT). A unção dos cursos de graduação e a transformação das faculdades isoladas em uma só unidade de ensino vieram para atender às necessidades da comunidade e para acelerar o desenvolvimento regional que vinha acontecendo. Assim, no ano de 1975, sob o CFE de n.º 1901/1975 nasceu a FUCMAT, porém, a instalação da FUCMAT não trouxe nenhuma novidade em relação a estrutura do Curso de Pedagogia, pois, este continuava com as mesmas habilitações da FADAFI.

Em 1974, o governo federal estabeleceu a criação de novos Estados e Territórios, por meio da Lei complementar de n.º. 20, provocando uma nova esperança pela divisão do Estado. Desta forma, em 1976 a liga sul-matrogrossense, que era presidida por Paulo

⁴ Segundo o Projeto Político Pedagógico dos Cursos modulares da Universidade Católica Dom Bosco ano de 2000, os novos cursos de graduação oferecidos pela FUCMAT seriam: Letras, História, Geografia, Ciências (Biologia e Matemática), Filosofia, Psicologia, Direito e Serviço Social.

Coelho Machado forneceu ao governo federal, no governo do presidente Ernesto Geisel, subsídios para a viabilização do então sonhado novo Estado.

Foi neste cenário que surgiram as Faculdades Unidas Católica de Mato Grosso (FUCMAT), em meio à ebulição de um novo Estado que transformaria Campo Grande em sua capital. Um ano mais tarde, especificamente em 11 de outubro de 1977, o presidente Geisel assinava a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, sob a Lei complementar n.º 31 e nomeava Campo Grande sua capital.

Nesse contexto, o Curso de Pedagogia das Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMAT) funcionava sob a égide da Lei 5440/1968, porém, permanecia com a mesma estrutura, até 1994. Mas, com uma grande característica, o de ser o primeiro Curso de Pedagogia do então recém criado Estado de Mato Grosso do Sul,

Mesmo depois da transformação da FUCMAT em Universidade Católica Dom Bosco, o Curso de Pedagogia permanece sem alterações até o ano de 1994, quando já no final deste ano, o curso foi reestruturado, passando a ter duração de quatro anos e habilitação em magistério da Pré-escola e Séries Iniciais do ensino de 1º grau. Contudo, no ano de 1999, visando adequar o curso à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), houve uma mudança na nomenclatura e na concepção da habilitação, que era em magistério da pré-escola passou a ser nomeada de magistério da Educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, essa transformação acarretou uma nova estrutura do curso, alterando e incluindo novas disciplinas na matriz curricular.

O Curso de Pedagogia da UCDB desde sua criação até a promulgação da LDB 9394/1996, passou por várias adequações, no entanto, o período que este curso mais sofreu mudanças foi após o ano de 1999, mais especificamente no ano de 2000, com a criação do Curso Normal Superior, que dividiu o Curso de Pedagogia em licenciatura para as séries iniciais (Pedagogia – Normal Superior) e bacharelado em administração e supervisão escolar. O Curso Normal Superior, mesmo tendo outra nomenclatura, continuava sendo chamado de pedagogia, denominando-se, portanto, Pedagogia-Normal superior, ou seja, um novo curso para a formação em licenciatura nas séries iniciais do ensino fundamental.

Assim, em 1996, após a publicação da LDB 9394/1996, a habilitação do curso foi alterada, passando a denominar-se Magistério da Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, porém ainda continuava oferecendo, além destas, uma habilitação técnica no mesmo esquema citado acima. Em relação às disciplinas referentes ao núcleo de

formação básica, o curso apresentou algumas alterações principalmente na carga horária. O quadro 01 mostra que, do ano de 1995 a 2000 algumas disciplinas sofreram um acréscimo de 6 a 18 horas-aula, principalmente as de Didática, Psicologia Geral, Introdução à Filosofia, Sociologia da Educação, Língua Portuguesa, Metodologia Científica Informática Aplicada à Educação e Biologia da Educação. Porém, nota-se que neste período as disciplinas de Filosofia da Educação e História da Educação sofreram um decréscimo de 2 horas-aula, permanecendo com carga horária inferior a 1995.

A disciplina de Atualidades Brasileiras teve uma oscilação bastante significativa na carga horária, pois no seu início em 1995 era de 72, passa para 80 e em 2000 para 40 horas-aula. Também a disciplina de Psicologia da Educação que tinha 162 horas-aula em 1995 passa a ter 180 em 1998 e 40 horas-aulas no ano de 2000, permanecendo com 120 horas-aula. Estas duas disciplinas perderam entre 28 e 38 horas-aula neste período. Porém, a disciplina que mais sofreu alterações durante o período analisado foi Sociologia Geral, que no ano de 1995 era de 108 passa a ter 120 em 1998 e em 2000 se apresenta apenas com 60 horas-aulas, sinalizando que nos próximos anos esta disciplina não faria mais parte da matriz curricular do Curso de Pedagogia da UCDB. As disciplinas de Estrutura e Funcionamento da Educação Básica e Psicologia da Educação (Portadores de Necessidades Especiais) perderam entre 6 e 14 horas-aula.

Houve também, no ano de 1998, a introdução das disciplinas de Arte em Educação e Métodos e Técnicas em Educação que permaneceram até o ano de 2000 com a mesma carga horária. A disciplina de Fundamentos da Educação Infantil, que no ano de 1998 tinha 40 horas-aula, passou a 80 h/a no ano de 2000, dobrando sua carga horária nestes cinco anos. No ano de 1999, foram introduzidas as disciplinas de Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com 40 horas-aula neste ano, e 80 no ano seguinte e Estatística Aplicada à Educação que se manteve apenas no ano de 1999. A disciplina de Psicologia da Personalidade permaneceu somente nos anos de 1995 a 1998.

A disciplina de Medidas Educacionais, com 54 horas-aula, foi substituída no ano de 1998 pela disciplina de Legislação do Ensino com 120, porém não permanecendo na matriz no ano de 1999, mas voltando novamente como Medidas Educacionais no ano de 2000, porém somente com 40 horas-aula. Contudo, esta oscilação é justificada porque, como se percebe, as habilitações técnicas variam a cada ano. No ano de 1995 e 2000 a habilitação técnica era de Orientação Educacional, 1998 e 1999, Administração Escolar, e

1997 e 2001 Supervisão Escolar. No ano de 2002, o Curso de Pedagogia sofreu outra alteração: visando a atender ao artigo 64 da LDB 9394/1996, o curso foi dividido, permanecendo o de bacharelado para a formação dos técnicos ou especialistas e outro de licenciatura denominado Pedagogia - Normal Superior/ Licenciatura nas séries Iniciais. Por ocasião desta divisão, o curso de Bacharelado passou a oferecer as habilitações de Administração e Supervisão em um único curso, retirando, portanto, as habilitações de Orientação e Inspeção Educacional. Essa transformação do Curso de Pedagogia em bacharelado, como dito acima, visou atender o artigo 64 da LDB que ressalta:

A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantindo, nesta, a formação comum nacional.

Desta forma, a iniciativa da Universidade Católica Dom Bosco - UCDB ao propor a criação do Curso de Pedagogia com habilitação em Administração Escolar, Supervisão Educacional, Bacharelado⁵, segundo a justificativa da criação do curso, veio ao encontro de solicitações legais e sociais, buscando a formação de um profissional capaz de reconhecer-se como agente de ação pedagógica, provido de valores amplos e universais, dominando competências e conhecimentos necessários à compreensão do mundo, dos problemas locais, capaz de pensar e repensar para intervir no cotidiano. Não só se estaria formando para o terceiro milênio, mas também desenvolvendo as múltiplas capacidades para as escolhas político-pedagógicas de melhoria da qualidade de vida. (página <http://www.bducdb.ucdb.br>).

Entretanto, esta posição de abrir um curso de bacharelado para formar o especialista e outro de licenciatura para formar o docente da Educação Infantil e Primeiras Séries do ensino Fundamental, vai à contra mão da luta histórica da ANFOPE, que pretende acabar com a dicotomia entre especialista e docente no Curso de Pedagogia. Nessa nova fase do curso, o quadro 02 demonstra que a transformação do curso em bacharelado mudou o foco e o conteúdo de algumas disciplinas: Introdução à Filosofia foi substituída por Fundamentos Histórico-filosóficos; Fundamentos Psicológicos – Geral entrou no lugar de Psicologia Geral, porém somente até o ano de 2003; e Psicologia da Educação foi substituída por Fundamentos Psicológicos.

⁵ Informações colhidas a partir da página <http://www.bducdb.ucdb.br> (acesso em 11/11/2006)

A disciplina de Fundamentos Sociológicos substituiu a disciplina de Sociologia Geral. Pelas ementas destas disciplinas, nota-se que anteriormente trabalhavam com conteúdos mais gerais, e passam em 2002 a trabalhar também o conceito do homem e sua educação, ou seja, a educação do homem no contexto social de cada época. A disciplina de Métodos e Técnicas em Educação foi substituída por Pesquisa Educacional e a disciplina de Informática aplicada à Educação por Tecnologia da Comunicação e das Informações. No entanto, observa-se que com a transformação do curso em bacharelado estas disciplinas tiveram uma oscilação de 32 horas-aulas para mais e 24 horas-aula para menos em sua carga horária. Cabe ressaltar também, que com a transformação do Curso de Pedagogia em bacharelado houve uma redução bastante significativa das disciplinas de Didática, que se apresentava no ano de 2000 com 160 horas-aula, no curso de bacharelado aparece somente com 36, uma diminuição, portanto, de 124 horas-aula.

A disciplina de História e Filosofia da Educação que em 2000 continham 160 horas-aula entram na matriz do bacharelado somente com 72, portanto, 88 horas-aula a menos que anteriormente. E a disciplina de Sociologia da Educação que no ano de 1999, continha entre 140 e 160 horas-aula, passa em 2002 para 72 horas-aulas, 24 horas a menos que na matriz anterior. Contudo, entre os anos de 2002 a 2004 estas disciplinas permanecem com a mesma carga horária. Entretanto, salienta-se que as disciplinas acima citadas reduziram sua carga horária para ceder espaço para o aumento das horas da disciplina de TCCC que no ano de sua implantação em 1999 era de 40 passa em 2003 e 2004 para 144 horas-aulas, acrescentando mais de 100% em sua carga horária. Já em relação ao acréscimo de disciplinas esta matriz se apresenta, , bem maior que as anteriores tendo doze novas disciplinas adicionadas.

No ano de 2002 à 2004, foram acrescentadas as seguintes disciplinas: Fundamentos de Matemática, Psicopatologia, Tópicos Especiais em Educação, Estrutura e Funcionamento da Educação Básica substituída por Organização e Gestão do Ensino no ano de 2003, Fundamentos Legais da Educação que em 2002 era de 36 horas-aula, passa a ter 72 horas-aula nos anos seguintes, Currículos e Programas, Fundamentos de Alfabetização, Políticas Públicas de Educação, Educação de Crianças e Jovens em Situação de Risco e Linguagens de Sinais, introduzidas na matriz de 2003 e Educação Indígena em 2004, como mostra o quadro 01 abaixo:

Quadro 01: Disciplinas Relativas à Formação Básica (Licenciatura 2002 a 2004)

2002 LICENCIATURA	CH	2003 LICENCIATURA	CH	2004 LICENCIATURA	C.H
Fund. Hist.-filosóficos	36	Fund. Histórico-filosóficos	36	Fund. Histórico-filosóficos	36
Língua Portuguesa	72	Língua Portuguesa	72	Língua Portuguesa	108
Metodologia Científica	36	Metodologia Científica	36	Metodologia Científica	36
Fundamentos Psicológicos	144	Fundamentos Psicológicos	144	Fundamentos Psicológicos	144
Fundamentos Sociológicos	36	Fundamentos Sociológicos	36	Fundamentos Sociológicos	36
Sociologia da Educação	36	Sociologia da Educação	36	Sociologia da Educação	36
Didática	36	Didática	36	Didática	36
Fund. Did.- pedagógicos	36	Fund. Didático-pedagógicos	36	Fund. Didático-pedagógicos	36
História da Educação	72	História da Educação	72	História da Educação	72
Filosofia da Educação	72	Filosofia da Educação	72	Filosofia da Educação	72
Pesquisa Educacional	36	Pesquisa Educacional	36	Pesquisa Educacional	36
Trab. Conclusão de Curso	144	Trab. de Conclusão de Curso	144	Trab. de Conclusão de Curso	144
Tecnologia da Informação e das Comunicações	72	Tecnologia da Informação e das Comunicações	72	Tecnologia da Informação e das Comunicações	72
Org. e Gestão do Ensino	72	Org. e Gestão do Ensino	72	Org. e Gestão do Ensino	72
Fund. Legais da Educação	36	Fund. Legais da Educação	36	Fund. Legais da Educação	36
Educação: Portadores de Necessidades especiais	72	Educação: Portadores de Necessidades especiais	72	Educação: Portadores de Necessidades especiais	72
Estatística	36	Estatística	36	Estatística	36
Fund. de Matemática	36	Fundamentos de Matemática	36	Fundamentos de Matemática	36
Tópicos Esp. em Educação	36	Tópicos Esp. em Educação	36	Tópicos Esp. em Educação	36
Educ. de Crianças e Jovens em situação de Risco	36	Educ. de Crianças e Jovens em situação de Risco	36	Educ. de Crianças e Jovens em situação de Risco	36
Educação Indígena	72	Educação Indígena	72	Educação Indígena	72
Linguagens de Sinais	36	Linguagens de Sinais	36	Linguagens de Sinais	36

Fonte: Elaboração a partir de dados extraídos do Sistema de Coordenação de Bloco da UCDB (www.coordbl.ucdb.br/grade) acesso em 01/11/2006

Essas disciplinas que foram acrescentadas à matriz do curso ocupam, no núcleo de formação básica, 540 de um total de 1.116 horas-aula para o ano de 2002, 396 h/a de um total de 1.008 horas para o ano de 2003 e 396 de um total de 936 horas-aula. Importa, no entanto, verificar quais foram as alterações que essa transformação do curso acarretou na habilitação de licenciatura, como será exposto no quadro 01.

A justificativa para a criação do Curso de Pedagogia – Normal Superior veio para atender o Decreto nº 3276, de 06 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na Educação Básica e o Decreto nº 3554, de 07 de agosto de 2000, que dá nova redação ao § 2º do art. 3º do Decreto nº 3276/1999⁶. Todavia, ao adotar esta postura, a UCBD, não levou em consideração as discussões e os questionamentos realizados pelas entidades de classe, não se alertou para o perigo de atender tal determinação.

Desta maneira, ao transformar o curso em bacharelado e licenciatura Normal Superior, atendeu tanto as determinações da Legislação como também se adequou às

⁶ Informações colhidas a partir da página <http://www.bducdb.ucdb.br> (acesso em 11/11/2006)

lógicas de mercado, com cursos mais rápidos e menos onerosos. Esta matriz curricular, como se observa no quadro 01, só apresentou alteração nas disciplinas do curso de bacharelado, nas disciplinas de Língua Portuguesa que contempla somente a metade da carga horária, a disciplina de Pesquisa Educacional que no bacharelado é de 72h/a na licenciatura é somente de 36 horas-aula, e a disciplina de Fundamentos Legais da Educação que também possui o dobro da carga horária do curso de bacharelado.

No entanto, na licenciatura, as disciplinas de Organização e Gestão do Ensino e Trabalho de Conclusão de Curso possuem carga horária, maior do que no curso de bacharelado. Contudo, salienta-se que as alterações das matrizes anteriores a 2002, foram as mesmas tanto para o curso de licenciatura, como para o curso de bacharelado. Entretanto, cabe ressaltar que a matriz curricular do curso de licenciatura, no que diz respeito à entrada e saída de disciplinas e sua carga horária, permaneceram estáveis no período de 2002 a 2004 em praticamente todas as disciplinas, com exceção de Língua Portuguesa que aumentou sua carga horária no ano de 2004. Diferentemente da matriz curricular do curso de bacharelado que oscilou no período, tanto em relação à entrada e saída de disciplinas, como também em relação a carga horária destas.

Dos dados apresentados acima, percebe-se, que o Curso de Pedagogia da UCDB, em relação ao núcleo de análises relativo à formação básica, sofreu várias alterações no período verificado, seja aumentando, ou reduzindo a carga horária das disciplinas, ora acrescentando novas disciplinas, ora retirando algumas. A diminuição de carga horária relativa aos fundamentos didático-pedagógicos, fundamentos históricos, filosóficos e sociológicos que aconteceram no Curso de Pedagogia da UCDB podem ser vistos como um ponto contraproducente ao curso, pois estas disciplinas são fundamentais para o educador se colocar ter uma postura crítica perante a realidade educacional. A esse respeito Saviani (2000, p.59) explica que:

O educador não pode dispensar-se desse instrumento, sob o risco de se tornar impotente diante da situação com se defronta. A partir do conhecimento adequado da realidade é possível agir sobre ela adequadamente. (...) a sistematização da educação, implica bases histórica, filosófica, científica e tecnológica. É importante lembrar que esses fundamentos se articulam dialeticamente a partir das exigências da realidade educacional.

Outro aspecto a ser referenciado, talvez como positivo ao curso, é a introdução das

disciplinas referentes à pesquisa em educação, que passam a pertencer à matriz curricular a partir do ano de 1998. Essas disciplinas aproximam o acadêmico da realidade educacional, no entanto, para poder compreender criticamente esta realidade ele terá que ter uma boa base nos fundamentos citados acima, caso contrário, será difícil a realização de pesquisas que contribuam tanto para se aproximar do real, quanto para modificá-lo. No entanto, tantas alterações acarretam uma formação inicial um tanto confusa. Lima (2003, p. 192) ao analisar as o Curso de Pedagogia pós LDB, e as modificações deste em relação às políticas educacionais das últimas décadas menciona, que essas alterações aconteçam porque talvez:

(...) seja do interesse dos nossos definidores de políticas livrar as universidades do peso das funções consideradas “menos nobres”, como a de formar professores (para quem acha que basta dominar conteúdos específicos e ter um lustrozinho pedagógico, isso é compreensível...), para que aquelas possam dedicar-se apenas a geração e disseminação de conhecimentos considerados de “primeira grandeza” na escala da ciência e da tecnologia.

Além, disto, existe também a questão do mercado educacional, pois as instituições particulares disputam mercado entre elas; assim, não podem competir se oferecerem cursos caros. Esta justificativa embasa a diminuição da carga horária nos cursos de licenciatura, de quatro para três anos, na maioria das universidades privadas. Desta maneira, ficam menos onerosos e de fácil acesso à população que geralmente procura este tipo de curso, ou seja, a camada menos abastada da sociedade.

As mudanças não foram sentidas somente no núcleo relativo a formação básica. Cabe, então, verificar como se deram as alterações na matriz curricular do Curso de Pedagogia da UCDB em relação às disciplinas relativas à prática docente e não docente, como será exposto no quadro 02 .

Conforme o quadro 02, nota-se que as disciplinas de prática de ensino tiveram bastante oscilação no período, principalmente no que se refere à Prática de Ensino na Educação Infantil que teve 42 horas-aula acrescentadas a sua carga horária e as disciplinas relacionadas aos estágios supervisionados para as habilitações técnicas que tiveram um acréscimo de 36 horas-aula. Entretanto, a disciplina de Prática Ensino no Ensino Fundamental teve uma redução de 56 horas-aula no período. Contudo, observa-se que somando as duas disciplinas referentes à prática docente em sala de aula tem-se um total de 320 horas-aula; portanto, esta alteração visou atender o artigo 65 da LDB que determina

um mínimo de 300 horas de prática de ensino para a formação docente.

Quadro 02: Disciplinas Relativas à Prática (1995 a 2000)

1995	C.H	1998	C. H	1999	C. H	2000	C.H
Infor.Apl.Educ.	72	Infor.Apl.Educ.	80	Infor. Apl.Educação	80	Infor.Apl. Educação	80
Educ.física Infantil	36	Educ.F.Infantil	40	Educ. Física Infantil	80	Educ. Física Infantil	80
Met. Ensino da Educ. Infantil	54	Met.do Ensino da Educação Infantil	80	Met. do Ensino da Educ.Infantil	80	Met. do Ensino da Educ. Infantil	80
Prática Ensino na educ. Infantil	108	Prática Ensino Educação Infantil	120	Prática Ensino Educ. Infantil	160	Prática (Ensino n Educ.Infantil	160
Met. Ensino Séries Iniciais E.F.	108						
Prática Ensino Séries Iniciais E.F.	216	Prática E. Séries Iniciais E.F.	100	Prática Ensino Séries Iniciais E. F.	160	Prática Ensino Séries Iniciais E.F.	160
Est.Sup. Orientação Educ.	144	Est. Sup. Inspeção Escolar	160	Estágio Sup. Adm. Escolar	180	Est.sup.orientação Educ.	180
		Literatura Infantil	40	Literatura Infantil	40	Literatura Infantil	40
		Cont. e Met. (Alfabetização)	180	Cont. e Met. Alfabetização	40	Cont. e Met. Alfabetização	40
Prática (Ensino Médio)	144						
		Cont. e Met. (Língua Portuguesa)	40	Cont. e Met. Língua Portuguesa	40	Cont. e Met. Língua Portuguesa	40
		Cont. Met.Hist. Geografia	40	Cont. e Met. História e Geografia	40	Cont. e Met.História e Geografia	40
		Cont. e Met. (Matemática)	40	Cont. Met. Matemática	40	Cont. Met. Matemática	40
		Cont. Met. Ciências	40	Cont. Met. Ciências	40	Cont. Met. Ciências	40
Princ. Mét. Orientação Escolar	80	Princ. Mét. de Adm. Escolar	80	Princípios Met. Adm. Escolar	80	Princípios Mét. Orientação Educ.l	80
Orientação Vocacional	54					Orientação Vocacional	40
Educação Jovens e adultos	54	Educação de Jovens e adultos	40			Educação de Jovens e adultos	80

Fonte: Elaboração a partir da Resolução CONSU 005/1994 e Projeto Político Pedagógico do ano de 2000

Todavia, nos anos de 1998 a 2000 foram acrescentadas à matriz curricular várias disciplinas relacionadas aos conteúdos e metodologias do ensino. Nota-se que essa preocupação não constava nas matrizes anteriores. Salienta-se, ainda, que essas disciplinas não tiveram oscilação, permanecendo no período com a mesma carga horária. Cabe agora verificar como estas disciplinas foram disponibilizadas para o curso de bacharelado.

Para os anos de 2002 a 2004, a transformação do curso em bacharelado trouxe poucas disciplinas relativas às práticas docentes, principalmente em relação às disciplinas que dizem respeito ao ensino da Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental. O quadro mostra que essas disciplinas dão um total de somente duas para os anos de 2003 e 2004 e nenhuma no ano de 2002, ano da implantação do curso. As disciplinas que compõem o núcleo de práticas para o curso de bacharelado dizem respeito, quase que em seu todo, às funções técnicas, como os princípios e métodos da administração e da

supervisão escolar, e aos estágios supervisionados nas respectivas habilitações que o curso proporciona.

Os estágios supervisionados, também são uma forma de ação prática no espaço escolar, porém, são práticas não docentes acompanhadas pelo professor responsável da disciplina e não pelo professor regente como acontece na prática de ensino para a docência. Observa-se que este núcleo não apresenta nenhuma disciplina relativa à prática docente; talvez porque esta não é uma exigência para o curso de bacharelado, somente para os curso de formação docente. Já para o curso de licenciatura, o quadro 03 demonstra que, em relação ao período anterior, as disciplinas permanecem em termos de número praticamente iguais, com exceção da disciplina de prática de ensino que foi unida e se apresenta para este curso como estágio supervisionado e não como prática de ensino.

Quadro 03: Disciplinas Relativas à Prática – (Licenciatura 2002 a 2004)

2002 LICENCIATURA	C.H	2003 LICENCIATURA	C.H	2004 LICENCIATURA	C.H
Fund. e Met.de Educ. Física	72	Fund.e Met. de Educ. Física	72	Fund.e Met. de Educ. Física	72
Estágio Supervisionado	144	Estágio Supervisionado	162	Estágio Supervisionado	126
Literatura Infantil	36	Literatura Infantil	36	Literatura Infantil	36
Fund. e Met. de Língua Portuguesa	72	Fund. e Met. de Língua Portuguesa	72	Fund.e Met. de Língua Portuguesa	72
Fund. e Met. de História	72	Fund. e Met. de História	72	Fund. e Met. de História	72
Fund. e Met.de Geografia	72	Fund. e Met. de Geografia	72	Fund. e Met. de Geografia	72
Fund. Met. Matemática	72	Fund. Met. Matemática	72	Fund. Met. Matemática	72
Fund. Met. de Ciências	72	Fund. Met. de Ciências	72	Fund. Met. de Ciências	72
Atividades Práticas	216				
Fundamentos e Met. De Artes	72	Fundamentos e Met. De Artes	72	Fundamentos e Met. De Artes	72
Higiene e Saúde	36	Higiene e Saúde	36	Higiene e Saúde	36
Educação de Jovens e adultos	36	Educação de Jovens e adultos	36	Educação de Jovens e adultos	36
Fund. de Alfabetização	108	Fund. de Alfabetização	108	Fund. de Alfabetização	108

Fonte: Elaboração a partir de dados extraídos do Sistema de Coordenação de Bloco da UCDB (www.coordbl.ucdb.br/grade) acesso em 01/11/2006 .

Os estágios supervisionados na licenciatura representam, por sua vez, as questões teóricas e práticas da docência, como preparação de planos de aula, planejamento e a própria regência, no entanto o quadro mostra que essa disciplina teve uma oscilação bastante significativa, com 144 horas-aula em 2002, 162 em 2003 e 126 em 2004, 18 horas-aula, portanto, a menos que em 2002. Destaca-se, também, que as disciplinas de conteúdos e metodologias do ensino foram substituídas pelas disciplinas de fundamentos e metodologias do ensino, porém esta alteração não modificou os conteúdos das mesmas, já que em comparação as ementas anteriores seus conteúdos continuam os mesmos, ou seja, ainda trabalham somente os conteúdos e suas respectivas formas de ensiná-los. Contudo, há de se salientar que estas disciplinas tiveram um acréscimo bastante significativo em

relação ao período anterior (1995 a 2000), que era de 40 horas-aula e passa a ser de 72 nesta nova matriz curricular, portanto aumentando 32 horas-aula a carga horária destas disciplinas.

Em comparação ao núcleo de formação básica, o núcleo de disciplinas relativas à prática oscilou bem menos, a não ser no curso de bacharelado, em que esta alteração foi bastante significativa. Outro núcleo de análise que também teve uma oscilação bastante significativa foi o de formação complementar. Para o ano de 1995, o mesmo comportava cinco disciplinas, passando para duas nos anos de 1998 e 1999 e somente uma no ano de 2000, portanto 198 horas-aula a menos no ano de 2000.

Em relação ao curso de licenciatura, também houve alterações em relação a estas disciplinas no período de 2002 a 2004. Ocorreu uma adequação do núcleo de disciplinas de Atividades Complementares, que em 2002 era de 216 horas, passa a ser de 36 no ano de 2003 e é retirada da matriz curricular no ano de 2004, sendo disponibilizadas estas horas em outros núcleos mais importantes do curso.

Entretanto, cabe salientar que em comparação ao período anterior (1995 a 2000) esse núcleo, para o período de 2002 a 2004, apresentou uma oscilação bastante significativa, principalmente no curso de bacharelado, em que estas disciplinas aparecem com 164 horas-aula a mais que nos anos entre 1995 a 2000. Ressalta-se, portanto, que em relação à carga horária do Curso de Pedagogia da UCDB, o núcleo que teve maior oscilação no período analisado foi o de disciplinas relativas à formação complementar no curso de bacharelado. Já em relação à inclusão e retirada de disciplinas, o núcleo que mais oscilou no período de 1995 a 2004 foi o relativo à formação básica em ambos os cursos, sendo este o que mais acrescentou disciplinas, passando de 17 no total entre os anos de 1995 a 2000, para 26 no curso de bacharelado e 22 no curso de licenciatura no período de 2002 a 2004.

Assim, esse aumento de disciplinas fez com que houvesse uma diminuição da carga horária das disciplinas relativas aos fundamentos históricos, filosóficos e sociológicos em detrimento das disciplinas relativas aos fundamentos legais, tecnológicos e de pesquisas educacionais, como a disciplina de Tópicos Especiais em Educação e o aumento da carga horária da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, também importantes para a

formação do pedagogo. Como visto na seção anterior as políticas de formação de professores instituídas após o ano de 1995, trouxeram várias alterações nas matrizes curriculares dos cursos de Pedagogia da UCDB, tendo uma alteração significativa das disciplinas relacionadas à formação prática. Desta forma, pretende-se analisar também quais foram as implicações dessas alterações e como se deu a oscilação dos núcleos de análise na formação inicial do pedagogo no Curso de Pedagogia da UCDB.

Ressalta-se também que por oferecer além das habilitações em Magistério da Educação Infantil e Magistério das Primeiras Séries do Ensino Fundamental, o curso de Pedagogia da UCDB oferecia também até o ano de 2001, uma habilitação técnica. Desta forma, a matriz curricular do ano de 1995 oferecia as habilitações em Magistério da Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Orientação Educacional, a de 1999, Habilitação em Magistério da Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Supervisão Escolar da Educação Básica, a de 1998, Habilitação em Magistério da Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Inspeção Escolar da Educação Básica.e a de 1999 Habilitação em Magistério da Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Administração Escolar da Educação Básica.

Já, para os anos de 2002 à 2004 o curso ficou dividido em bacharelado em Administração e Supervisão Escolar e licenciatura Normal Superior Magistério da Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental. A tabela 01 demonstra que o núcleo de formação básica está presente em todos os anos do curso desde o primeiro semestre, porém, entre os anos de 1995 a 1999 a ênfase na formação básica está concentrada entre os dois anos, ou seja, entre o primeiro e o quarto semestre.

Porém, na matriz curricular de 2002, no curso de bacharelado, como mostra a tabela acima, a ênfase do núcleo de formação básica se concentra entre o primeiro, o segundo e nos últimos semestres do curso, sendo que o mesmo ocorre com o curso de licenciatura. Já para os anos de 2003 e 2004 no curso de bacharelado este núcleo está concentrado entre os primeiros e os quartos semestres, no curso de licenciatura neste mesmo período a formação básica fica concentrada entre os primeiros e os últimos semestres, ou seja, da mesma forma de 2002.

Tabela 01: Distribuição da carga horária por núcleo de análise conforme matriz curricular do Curso de Pedagogia da UCDB entre os anos de 1995 a 2004.

	Formação Básica	Formação Prática	Formação Complementar
--	-----------------	------------------	-----------------------

Matriz Curricular do ano de 1995	1º ano	648	-	72
	2º ano	612	108	-
	3º ano	378	396	-
	4º ano	126	378	126
Matriz Curricular do ano de 1997	1º ano	720	-	80
	2º ano	680	120	-
	3º ano	420	320	-
	4º ano	80	480	80
Matriz Curricular do ano de 1998	1º ano	720	-	80
	2º ano	680	120	-
	3º ano	400	340	-
	4º ano	120	520	-
Matriz Curricular do ano de 1999	1º ano	720	-	80
	2º ano	680	120	-
	3º ano	360	440	-
	4º ano	40	540	-
Matriz Curricular do ano de 2002 Bacharelado	1º ano	612	72	180
	2º Ano	468	288	270
	3º ano	612	144	1008
Matriz Curricular do ano de 2002 Licenciatura	1º ano	504	252	108
	2º ano	216	540	108
	3º ano	540	288	72
Matriz Curricular do ano de 2003 Bacharelado	1º ano	576	72	144
	2º ano	576	144	72
	3º ano	396	360	108
Matriz Curricular do ano de 2003 Licenciatura	1º ano	504	144	144
	2º ano	252	486	72
	3º ano	504	252	72
Matriz Curricular do ano de 2004 Bacharelado	1º ano	576	72	72
	2º ano	504	216	72
	3º ano	360	360	72
Matriz Curricular do ano de 2004 Licenciatura	1º ano	540	144	72
	2º ano	252	486	-
	3º ano	504	216	-

Fonte: Elaboração a partir da Resolução CONSU nº 005/1994, Projeto Político Pedagógico do ano de 2000, Resolução CONSU nº 017/2001 e do Sistema de Coordenação de Bloco da UCDB (www.coordbl.ucdb.br/grade) acesso em 01/11/2006.

Observa-se também que este núcleo em relação à matriz curricular de 1995 teve uma redução de carga horária após a divisão do curso em bacharelado e licenciatura. No ano de 2002, este núcleo perdeu um total de 72 horas-aula no curso de bacharelado e 540 horas-aula no curso de licenciatura. Para o ano de 2003, 216 horas-aula no bacharelado e 231, na licenciatura e para o ano de 2004 324 horas-aula no bacharelado e 468 na licenciatura.

Já em relação às matérias que concentram a prática docente, entre os anos de 1995 a 1999 estas começavam a ser ministradas somente a partir do terceiro semestre, a ênfase deste núcleo no ano de 1995 está concentrada no quinto e sexto semestres. Já para os anos de 1997, 1998 e 1999, este núcleo está concentrado no sétimo e oitavo semestres. Contudo, com a divisão do curso em 2002, elas passaram a serem ministradas desde o primeiro semestre, porém sua concentração passa a estar no terceiro e quarto semestre, com exceção

da matriz curricular do ano de 2003 no curso de bacharelado, que está concentrada no sétimo e oitavo semestres. Nota-se, porém, que com a divisão do curso, para o ano de 2002, este núcleo perdeu 378 horas-aulas no bacharelado e acrescentou-se 198 horas-aula no curso de licenciatura em relação a matriz de 1995.

Ainda em relação à matriz curricular de 1995, o núcleo de formação prática perdeu 306 horas-aula no bacharelado e no curso de licenciatura a carga horária permaneceu a mesma do ano de 1995, no ano de 2004 foram retiradas 234 horas da formação prática no curso de bacharelado e 36 na licenciatura. Mesmo assim, dada esta constatação, depreende-se que a formação inicial do pedagogo entre os anos de 2002 a 2004, no curso de bacharelado está mais voltada para a formação básica e no curso de licenciatura, está mais voltada para a formação prática. Para os anos de 2000 e 2001, não foi observada nenhuma alteração nos núcleos de análises, havendo apenas a redução de 40 horas-aula no núcleo de formação complementar.

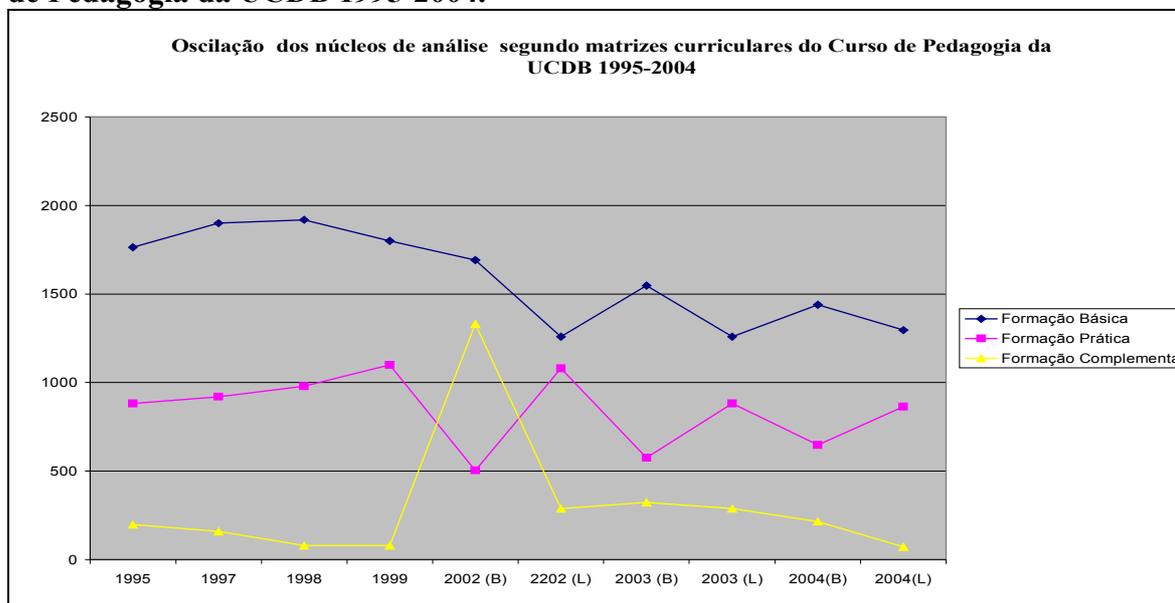
O núcleo de formação complementar, entre os anos de 1995 a 1997, estava presente no primeiro e segundo e no sétimo e oitavo semestres, e continha entre 198 e 160 horas-aula. Para os anos de 1998 e 1998, somente no primeiro e segundo semestres com um total de 80 horas-aula. Entretanto, para o ano, de 2002, no curso de bacharelado este núcleo passou a conter 1332 horas, distribuídas no seis semestres do curso, porém sua ênfase estava concentrada no quinto e sexto semestres. Para o curso de licenciatura no ano de 2002, este núcleo ocupava 288 horas-aula da carga horária total do curso, distribuída também nos seis semestres, ficando a carga horária maior entre os quatro semestres.

No ano de 2003, esse núcleo contava com 288 horas na licenciatura e 324 no bacharelado, distribuídas também nos seis semestres, com carga horária maior no primeiro e segundo semestres em ambos os cursos. Já para o ano de 2004, esse núcleo se apresentava com um total de 216 horas-aulas no bacharelado, distribuídas com carga horária igual nos seis semestres e no curso de licenciatura apenas 72 horas-aula, centralizada apenas nos dois primeiros semestres. Percebe-se, desta maneira que os núcleos tiveram uma variação de carga horária total bastante significativa neste período, verificando-se como ficou esta oscilação no gráfico 01.

De acordo com o mesmo gráfico, percebe-se que o núcleo de formação básica oscilou no período, tendo uma redução bastante significativa nos últimos anos. Essa redução de carga horária foi mais acentuada no ano de 2002, no curso de licenciatura. Já

em relação ao núcleo de prática, pode-se dizer que este teve um aumento a partir do ano de 1995, chegando ao pico máximo em 1999 e 2002 no curso de licenciatura, porém tendo uma redução bastante significativa no curso de bacharelado, no ano de 2002.

Gráfico 01 : Oscilação dos núcleos de análise segundo matrizes curriculares do Curso de Pedagogia da UCDB 1995-2004.



Fonte: Elaboração a partir da Resolução CONSU nº 005/1994, Projeto Político Pedagógico do ano de 2000, Resolução CONSU nº 017/2001 e do Sistema de Coordenação de Bloco da UCDB (www.coordbl.ucdb.br/grade) acesso em 01/11/2006.

O núcleo de formação complementar também teve uma oscilação bem significativa. Observa-se pelo gráfico, que nos anos de 1995 até 1999 sofreu uma redução; entretanto, no ano de 2002 teve uma elevação, chegando a seu pico no curso de bacharelado; contudo, nos anos seguintes ele foi se restringindo novamente. Desta forma, destaca-se que os núcleos que mais oscilaram no período foram os de formação prática e complementar, já que o núcleo de formação básica somente diminuiu neste período. Porém, de acordo com gráfico acima, pode-se, dizer que o curso, embora ainda esteja voltado para a formação básica, nos últimos anos já apresentava sinais de adaptação aos novos paradigmas de formação impostos pela Legislação após o ano de 1996.

Dos dados acima, pode-se notar que no período 1995 a 1999, a carga horária total do núcleo de formação básica era bem superior à dos demais núcleos. Desta forma, salienta-se que para este período a formação inicial do pedagogo estava voltada para a formação básica. Já para 2000 a 2004, pode-se dizer que a formação inicial esteve mais voltada para a prática, com exceção do curso de bacharelado, que neste período teve uma

redução expressiva deste núcleo. No entanto, cabe ressaltar que estas alterações visam a adequar a matriz curricular à nova LDB e às Diretrizes Curriculares para Formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior.

Desta forma, e de acordo com os dados apresentados no gráfico, infere-se que as políticas de formação de professores implantadas na última década implicaram uma formação inicial do pedagogo licenciado voltada para a prática-reflexiva do professor, pois a maioria das disciplinas que abordam os conteúdos históricos, filosóficos e sociais não estão presentes nas novas matrizes curriculares do curso analisado, estas disciplinas foram substituídas em seu conteúdo e sua carga horária pelas disciplinas referentes as práticas escolares. Isso explica o fato de que, no curso de bacharelado não houve um aumento tão expressivo em relação ao núcleo de formação prática.

Pereira (1999), explica que esse modelo de formação expresso nas Diretrizes Curriculares para Formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior tenta ultrapassar os modelos de formação inspirados na racionalidade técnica. As propostas curriculares rompem com o modelo anterior e traz a tona um novo modelo de formação, um modelo em que a prática é entendida como o eixo principal da formação, que por sua vez, deve ser disponibilizada desde o início do curso, pois os problemas da prática devem ser levados para a sala de aula para serem orientados pela teoria. Entretanto, o autor afirma que este tipo de organização curricular pode ser, confundida com a preparação em serviço. Pois para esse autor não pode haver esquemas de formação que supervalorizem a prática e minimizem o papel da formação teórica.

Assim como não basta o domínio de conteúdos específicos ou pedagógicos para alguém se tornar um bom professor, também não é suficiente estar em contato somente com a prática para se garantir uma formação docente de qualidade. Sabe-se que a prática pedagógica não é isenta de conhecimentos teóricos que estes por sua vez ganham novos significados quando diante da realidade escolar. (PEREIRA, 1999,p.114).

Desta forma, pode se mencionar que as políticas de formação de professores, nos últimos anos, implicaram de forma negativa no Curso de Pedagogia da UCDB, refletindo numa formação inicial essencialmente prática e sem o aprofundamento, em especial dos fundamentos históricos, filosóficos e sociológicos, necessários para a compreensão da educação como uma ação social.

Assim, o estudo demonstrou que na década de 1990, as políticas educacionais

passaram retomaram as bases filosóficas do tecnicismo instalado na década de 1970 no Brasil, baseado na orientação de um ensino voltado para a prática educativa e para uma formação mais rápida, que não oferecem condições de para uma sólida formação dos docentes, apresentado-se, contraditória com o discurso oficial dos documentos emitidos pelo CNE. Pois, esses documentos, pregam a qualidade, objetivando a quantidade, como uma forma imediatista de obter dados quantitativos para atender as exigências da sociedade globalizada e dos órgãos de financiamento internacional. Todavia, as políticas implementadas a partir de 1995, são flexíveis, embora dêem as universidades autonomia para desenvolver seus projetos de cursos, as instituições sofrem um processo de controle centralizado mediante diversos mecanismos de avaliação, diferentemente do que acontecia com as políticas de 1960 e 1970, que eram políticas rígidas e necessitavam serem seguidas sem alterações.

Contudo, na década de 1990, as políticas educacionais, voltadas para a formação de professores, sugerem um novo paradigma de formação, a formação voltada para as competências. Competências estas, que se verificam na organização curricular do curso de Pedagogia da UCDB, e visam atender ao concreto da sala de aula, como resolver problemas de aprendizagem, para elevar o nível de pessoas escolarizadas. Por sua vez, esta orientação das políticas de formação de professores, pretendem transformá-lo em um técnico-prático-reflexivo, que resume sua ação no interior da sala de aula, pois elas dão centralidade aos conteúdos práticos da ação docente, esvaziando-se, portanto, os fundamentos históricos e filosóficos que sustentem essa formação.

A substituição das disciplinas de fundamentos históricos, filosóficos e sociológicos, acontecida no Curso de Pedagogia da UCDB reforça na matriz curricular, o caráter técnico instrumental que por sua vez, enfatiza o que e como ensinar em detrimento sobre os fins e os meios da educação. Desencadeando uma formação com vistas à dimensão tarefaira do fazer pedagógico, desprovido de seu saber sobre os conteúdos das ciências que fundamentam a formação docente, da pesquisa pedagógica e científica.

Desta forma, os resultados apontam que as políticas de formação de professores interferiram de forma significativa na organização das disciplinas e suas respectivas cargas horárias, acarretando assim, mudanças curriculares na formação inicial do pedagogo e nas habilitações do curso, em especial nos que oferecem as habilitações voltadas para o exercício do magistério. Transformando a qualificação deste profissional em uma formação

técnica, voltada para a prática docente, retomando as discussões e críticas acontecidas na década de 1980.

O estudo também demonstrou que, em relação à distribuição do núcleo de disciplinas relativas à prática, as propostas curriculares da instituição pesquisada, se adequaram ao que determina a indicação das Diretrizes para formação de professores da educação básica, ou seja, as disciplinas relativas a este núcleo, devem ser disponibilizadas desde o início do curso. Assim, nota-se que as Diretrizes tentam romper com o modelo de formação anterior, no qual o professor era formado com vistas à formação básica. Nesse novo modelo proposto pelo documento mencionado, a prática é entendida como o eixo principal de formação.

Entretanto, ao acolher esse modelo de organização curricular, a instituição origina uma supervalorização da prática, e conseqüentemente, a minimização do papel da formação teórica, que respalda uma formação sólida para o educador. Infere-se, portanto, as alterações ocorridas na matriz curricular a partir do ano de 1996, no Curso de Pedagogia da UCDB deram centralidade na prática propiciando um afastamento em relação à teoria, que sai prejudicada, e que por sua vez, impossibilita uma formação sólida com bases científicas, voltando um novo tecnicismo orientado pelos documentos oficiais.

Sendo assim, os desdobramentos das políticas educacionais da década de 1990 trouxeram alterações significativas, pois objetivaram privilegiar as questões práticas do curso e, além disto, também visaram atender a lógica do mercado, ou seja, adequar-se ao processo de reestruturação produtiva no campo da educação. Nota-se ainda, que a instituição pesquisada não está usando de sua autonomia para elaborar as propostas pedagógicas do Curso de Pedagogia, ficando esta, restrita aos documentos oficiais, caminhando, portanto, na contramão do que se discute no movimento de educadores, em especial, na ANFOPE, que defende a base da formação do educador voltada para docência e nela incluída também a noção da escola em seu conjunto, pois a docência não se resume as quatro paredes da sala de aula.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Déa Terezinha Rímolli de. História da criação da Universidade Católica Dom Bosco. Dissertação de Mestrado. Universidade Mackenzie. São Paulo: 1996, 167p.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei n. °9394/96. Promulgada em 20 de dezembro de 1996. Brasília 1996.

———. **Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno**. Parecer CNE/CP n. ° 5 de 2005 . Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Disponível em > <http://www.mec.gov.br/cne>.> Acesso em 18 de Maio de 2006.

———. **Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno**. Parecer CNE/CP n. ° 9 de 2001 de 08/05/2001. Institui Diretrizes Curriculares para a formação de professores na Educação Básica em Cursos de nível superior. Disponível em > <http://www.mec.gov.br/cne>.> Acesso em 30 de Abril de 2006.

———. **Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno**. Projeto de Resolução. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Pedagogia. > <http://www.mec.gov.br/cne>> Acesso em 30 de abril de 2006.

BITTAR, Mariluce. Política de educação superior em mato grosso do sul e a formação de professores - origens e perspectivas. Projeto de Pesquisa. Campo Grande – MS Universidade Católica Dom Bosco ano de 2001. Disponível em <http://www.capes/produção.gov.br> (acesso em 12/09/2006).

KRUKI, Mary Leila Maciel de Oliveira. Cursos modulares da UCDB na ótica de seus alunos: Reflexos da política educacional. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica Dom Bosco – Mestrado em Educação: Campo Grande -MS, 2005.Pgs 105.

LIMA, Emília Freitas de. O curso de pedagogia e a nova LDB: vicissitudes e perspectivas. In BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2003. pgs, 185-200.

MALHEIROS, Márcia Rita Trindade Leite. História e formação de professores em Mato Grosso do Sul: Algumas interfaces. In: **Série-Estudos**. Periódico do Mestrado em Educação da UCDB - n. 10 (dezembro 2000). Campo Grande: UCDB, 2000. pgs. 65-78.

MARQUES, Mário Osório. A formação do profissional da educação. 5ed. Ijuí: editora Unijuí, 2006.

PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. In **Educação e Sociedade**, ano XX, nº 68. Dezembro de 1999. Pgs. 109-125.

ROCHA, Maria Stefani. Professores polivalentes das séries iniciais do ensino fundamental: Concepção da formação e do ensino de matemática. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica Dom Bosco – Mestrado em Educação : Campo Grande -MS, 2005.Pgs 269.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil (1930/1973). 9 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

SAVIANI, Dermeval. Educação: do censo comum à consciência filosófica. São Paulo: Autores associados, 2000.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO. Resolução CONSU/UCDB N° 005 de 30 de Setembro de 1994. Dispõe sobre a criação, no Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Habilitação: Magistério da Pré-escola e Séries Iniciais do 1º Grau.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO. Resolução CONSU/UCDB N° 17/01 de 11 de Setembro de 2001. Dispõe sobre a criação, no Curso de Pedagogia, das Habilitações em: Administração Escolar, bacharelado, campus central, da Universidade Católica Dom Bosco.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO. Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia da Universidade Católica Dom Bosco, 2000.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO. Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia da Universidade Católica Dom Bosco, 1993. Reestruturação do curso.